

MANIFESTO EM DEFESA DO TRABALHO E DA DEMOCRACIA

Nós, pesquisadores participantes dos GTs: *Psicossociologia do Trabalho; Trabalho, Subjetividade e Práticas Clínicas; Trabalho e Processos organizativos na contemporaneidade; Trabalho e Saúde; Modos de vida e Trabalho: ciência, cotidiano e democracia; Desenho do Trabalho e sua Relação com Processos e Resultados Organizacionais e Cultura Organizacional e Saúde no Trabalho*, reunidos no 18º Simpósio online de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Psicologia, nos dirigimos à Assembleia da ANPEPP e às demais organizações de apoio à pesquisa científica do Brasil para nos manifestarmos pela defesa coletiva do trabalho e do(a)s trabalhadore(a)s, pela democracia e contra todos os retrocessos e desmontes das políticas sociais que presentemente ameaçam o país.

Especificamente no campo do trabalho e dos direitos dos trabalhadores, a destruição é imensa: em 2017, no Governo de Michel Temer, a aprovação da reforma trabalhista alterou direitos, fragilizando os trabalhadores e suas organizações representativas. Entre os inúmeros retrocessos dessa reforma, impostos pelas forças conservadoras ocupantes do Congresso Nacional, há que mencionar o princípio da prevalência do negociado sobre o legislado, que tem gerado a inobservância e violações de direitos trabalhistas previamente estabelecidos, como o aumento da jornada de trabalho, redução do banco de horas e a implantação do trabalho intermitente.

Em janeiro de 2019, já no Governo Bolsonaro, o Ministério do Trabalho (MTE), criado em 1930, foi extinto e suas responsabilidades resumidas a uma secretaria. A ausência da fiscalização exercida pelo MTE envolveu desde à segurança e saúde do trabalho, precarização do trabalho, não-pagamento de salários e tributos, penalizando os trabalhadores do setor público e especialmente do privado. Da mesma forma, a política de geração de emprego e renda passa a depender de projetos de propaganda governamental. O desaparecimento do MTE tem consequências nas práticas e pesquisas da área Organizacional e do Trabalho nos programas de pós-graduação em Psicologia, que se dedicam, entre outros objetivos, à melhoria das relações trabalhador-organização e no bem-estar dos trabalhadores. Dentre os direitos trabalhistas não resguardados destacam-se ainda a situação vivenciada por muitos professores e pesquisadores de universidades privadas que se ressentem da falta do cumprimento mínimo de obrigações trabalhistas, como pagamento de salários e FGTS.

No final de 2019, foi aprovada a Reforma da Previdência que dificulta, quando não impede, a aposentadoria para a grande maioria dos trabalhadores. Esta reforma definiu idade mínima de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres. Para aposentar-se com salário integral, o(a) trabalhador(a) terá doravante que contribuir por 40 anos, sem interrupções.

Ainda em 2019, foi instituída neste Governo Bolsonaro a medida provisória nº 905, chamada “Programa Verde e Amarelo”, que precariza, de forma contundente, o trabalho para a juventude, como por exemplo, a remuneração que não deve ultrapassar um salário mínimo e meio na contratação de jovens de 18 a 29 anos em primeiro emprego.

Sob o argumento de que busca ampliar a competitividade no país, o governo Bolsonaro realizou mudanças em normas de segurança e saúde no trabalho, as NR's, para reduzir exigências impostas aos empregadores quanto à proteção dos trabalhadores.

Em 2020, em meio à pandemia da COVID-19, que trouxe o sentimento profundo e generalizado de incerteza, medo e perda, este Governo Bolsonaro editou medidas que permitiram reduzir salários e suspender contratações, ao mesmo tempo em que transferiu R\$ 1,2 trilhão para o sistema financeiro.

Em pauta, atualmente, o desmonte da carreira do(a) servidor(a) público, retirando direitos duramente conquistados, desvalorizando essa trajetória profissional cidadã e alimentando a

representação social de uma categoria com salários genericamente inflados em relação aos demais trabalhadores.

Além de ataque aos direitos trabalhistas e previdenciários, o governo Bolsonaro desenvolve uma intensa investida autoritária contra as universidades públicas, em total desrespeito às regras institucionais e à liberdade de cátedra: cabe mencionar a redução drástica de orçamento, o que inviabiliza seu funcionamento em condições adequadas para o acesso e formação de qualidade em todos os campos do conhecimento; cabe igualmente denunciar as tentativas de subordinação do ensino, pesquisa e extensão a interesses mercantis e princípios ideológicos opostos ao caráter laico das universidades; professores e professoras são perseguidos pelas suas ideias, em desrespeito à liberdade de cátedra; e o que tem se tornado uma prática desse governo antidemocrático - a nomeação de candidatos às reitorias que não obtiveram a maioria de votos nos respectivos processos eleitorais, ferindo gravemente a autonomia universitária.

Não podemos omitir, ainda, a destruição do meio ambiente e a gestão calamitosa de setores como saúde, cultura, esportes, segurança alimentar, educação, moradia e proteção dos direitos humanos, notadamente de grupos identitários minoritários.

É nefasto o comportamento do presidente no que se refere à pandemia da covid-19 e à falta de política de proteção, prevenção e cuidado com os trabalhadores da saúde e com a população.

Importante denunciar a mais recente investida desse governo contra a atividade profissional do(a) psicólogo(a) e do(a) assistente social tendo em vista a proposta de retirar este(a)s profissionais das equipes mínimas de atenção básica prisional assim como proposto para as Equipes de Atenção Primária.

Este elenco de retrocessos agravam drasticamente os problemas já existentes pondo em risco a saúde e a segurança do(a)s trabalhadora(s) brasileiro(a)s. As concepções de ser humano, de trabalho e de organização que presidem e estruturam as danosas medidas em curso se ancoram em visão de reificação da classe trabalhadora e se colocam a serviço exclusivo da mais valia e da competitividade.

Consideramos que não podemos nos calar face às precarizações, fragilização e destruição da vida cotidiana da população e do ambiente, perpetradas pelo Governo Jair Bolsonaro com suas políticas que acirram a desigualdade social e destroem direitos historicamente conquistados nas lutas trabalhadoras e esperamos que, neste momento de crise, todos se comprometam a ajudar a moldar um mundo do trabalho e das organizações mais decente, apoiador e digno.

Neste 18º. Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP, cujo tema aludiu a *“Justiça social e contextos sustentáveis: a transversalidade e a pesquisa em psicologia”*, nós psicólogos(as) formadore(a)s e pesquisadore(a)s do campo do trabalho nos manifestamos: contra os graves retrocessos e ameaças aos direitos e às condições para o real exercício da cidadania; contra o desmonte das políticas sociais protetivas e de inclusão com participação social democrática e contra o corte de recursos e investimentos em saúde, educação, cultura, preservação ambiental e trabalho.

Exigimos respeito à autonomia universitária e ampliação de recursos para as universidades e nos unimos em defesa da democracia, da vida digna com proteção social, inclusão e cidadania como direito de todo(a)s, para todo(a)s.
